



PODER

A polarização 3.0 da eleição presidencial

De um lado, o presidente Lula galvaniza a esquerda e, novamente, é considerado o candidato mais competitivo do campo progressista. Do outro, a direita se divide em nomes. E, de novo, não se vislumbra ninguém que se apresente como 3ª via

» FERNANDA STRICKLAND
» VANILSON OLIVEIRA
» VICTOR CORREIA
» CAETANO YAMAMOTO*

Com a chegada de mais um ano eleitoral, o cenário político se redesenha sob o signo da polarização. A disputa entre forças de esquerda e direita deve continuar a dominar o debate público, mesmo com a possível renovação de nomes, reduzindo o espaço para o surgimento de uma terceira via capaz de se firmar como alternativa competitiva.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aposta na polarização para 2026. Ele comentou o tema na última reunião ministerial do ano, em 17 de dezembro, na Granja do Torto. Aos ministros — muitos dos quais deixarão o governo para disputar cargos —, ordenou que melhorem a divulgação dos feitos do governo e culpou a divisão política pela dificuldade em transformar resultados positivos em avaliação favorável da gestão.

“(O resultado) não aparece porque existe uma polarização no país. É como se fosse Corinthians e Palmeiras, Ceará e Fortaleza, Grêmio e Internacional, Atlético Mineiro e Cruzeiro, Flamengo e Vasco”, afirmou Lula.

Em outra fala recente, Lula disse que a disputa eleitoral sempre foi marcada pela polarização, mas defendeu que o embate político não seja baseado no ódio. “O problema é você polarizar politicamente sem estimular o ódio”, afirmou, ao citar alianças do passado, como a com o vice-presidente Geraldo Alckmin, ex-adversário político.

Indicação

No Planalto, auxiliares do presidente avaliam que o adversário da direita dependerá diretamente dos votos do ex-presidente Jair Bolsonaro, mesmo que tente adotar um discurso mais moderado. A possibilidade de o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ser o candidato chegou a ser vista com alívio por integrantes do governo, embora parte da equipe trate-o como um “candidato-tampão”.

Já o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), é visto como o nome mais competitivo da direita e aquele que mais preocupa o governo. Chegou a ganhar força no mercado financeiro, no movimento apelidado de “trade Tarcísio”, embora pesquisas recentes tenham

mostrado Flávio Bolsonaro com desempenho semelhante.

Diferentemente de Lula e Flávio, Tarcísio tem criticado publicamente o “fla-flu” político-eleitoral. Em evento ao lado do presidente, afirmou que o país vive uma “polarização afetiva”, na qual pessoas se hostilizam apenas por pensar diferente, defendendo a necessidade de “mudar essa chave”.

Também aparecem como possíveis candidatos os governadores Ronaldo Caiado (GO), Ratinho Júnior (PR) e Romeu Zema (MG), todos de direita e com histórico de proximidade com Bolsonaro, mas com menor competitividade nas pesquisas.

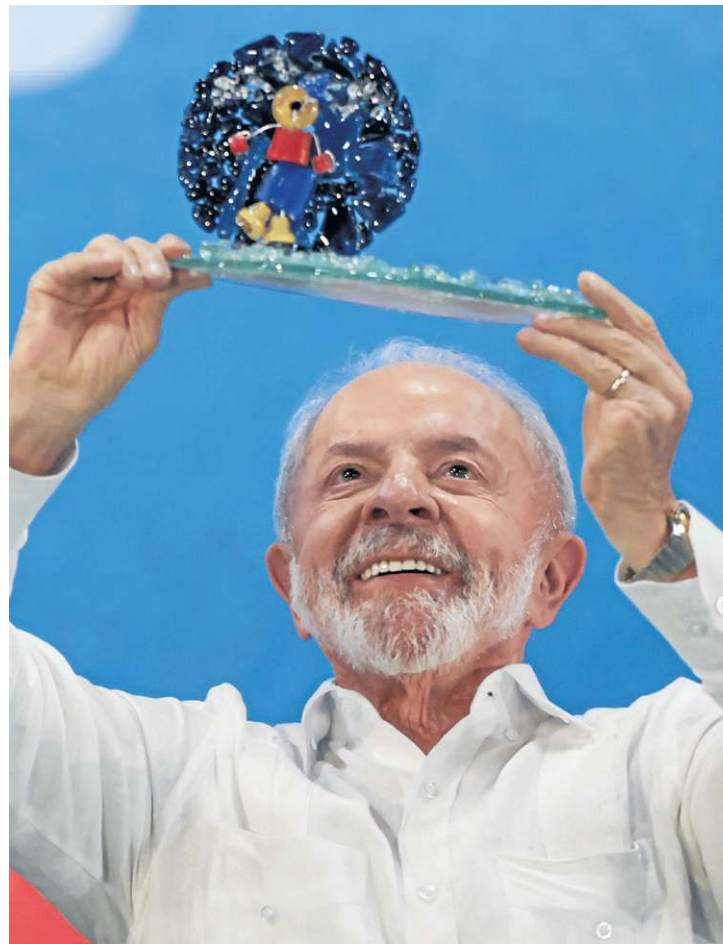
Para enfrentar Lula, a direita aposta, principalmente, no tema da segurança pública, considerando um ponto fraco do governo após episódios de violência, como a megaoperação no Rio de Janeiro. O Planalto, por sua vez, aposta nos indicadores econômicos positivos e em medidas de apelo popular, como o programa Pé-de-Meia e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, além de explorar politicamente a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 e as ações internacionais atribuídas a aliados de Bolsonaro.

Roteiro prévio

A disputa presidencial de 2026 deve repetir o roteiro de forte polarização que marcou as últimas eleições no Brasil, com Lula galvanizando o campo da esquerda e Bolsonaro permanecendo como principal referência da direita. A avaliação é do professor Fernando Neisser, de direito eleitoral da FGV São Paulo, que vê pouco espaço para o surgimento de uma terceira via competitiva no próximo pleito.

Segundo Neisser, a dinâmica política atual indica a manutenção desse embate direto entre dois polos bem definidos. “Eu acredito que nós seguiremos tendo uma disputa polarizada entre um campo de direita, que vai ter a figura do Bolsonaro ainda como norte, e a esquerda com a figura do Lula, claro, como o próprio candidato à reeleição. Não consigo enxergar espaço para o surgimento de uma terceira via”, afirma. Para ele, a dificuldade de romper essa lógica ficou evidente em disputas recentes, como a eleição ao governo de São Paulo, em que nem mesmo o uso da

Paulo Pinto/Agência Brasil



Lula lidera as pesquisas eleitorais e tem economia como o maior trunfo

“(O resultado) não aparece porque existe uma polarização no país. É como se fosse Corinthians e Palmeiras, Ceará e Fortaleza, Grêmio e Internacional, Atlético Mineiro e Cruzeiro, Flamengo e Vasco”

Presidente Lula, criticando que a polarização dificulta a percepção sobre programas do governo que impactam a população

máquina estadual foi suficiente para alterar o cenário.

“O exemplo que nós tivemos em São Paulo, nas eleições ao governo com a campanha do Rodrigo Garcia, que, ainda assim, não conseguiu quebrar a polarização, é um sinal desse movimento”, avaliou.

No campo da direita, o professor reconhece que ainda há um quadro de fragmentação, mas avalia que esse cenário tende a se acomodar ao longo de 2026. “Ainda assim, é preciso que a direita organize as suas candidaturas. Não acredito que ela vai sair tão fragmentada quanto está neste momento. Acho que isso faz parte, ainda,

desse jogo de acomodação”, diz. Para Neisser, esse processo é comum no início do calendário eleitoral e deve ganhar contornos mais definidos com a aproximação das convenções partidárias.

Do lado do governo, o cenário é considerado favorável a Lula, especialmente por conta dos índices de popularidade. Neisser observa que, em democracias com eleições periódicas, é natural que governos concentrem entregas mais visíveis nos últimos anos de mandato. “É natural dentro de uma democracia que tem eleições a cada quatro anos, que as entregas principais dos governos sejam planejadas

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Mesmo preso e inelegível, votos da direita ainda dependem do ex-presidente

para serem feitas nos últimos anos, para que isso seja percebido pela população como aquilo que o governo conseguiu oferecer nos seus quatro anos”, explicou.

O professor também descarta a possibilidade de repetição de práticas que marcaram o fim do governo Bolsonaro, e que renderam sanções na Justiça Eleitoral. “Não acredito que o governo Lula vá incorrer em falhas e abusos como aqueles que nós vimos no final do governo Bolsonaro”, afirma, citando a liberação bilionária de recursos e o uso irregular da máquina pública.

Segundo ele, a reação institucional observada na última eleição deixou lições claras. “Nós tivemos uma fiscalização forte do TCU (Tribunal de Contas da União), uma resposta dura da Justiça Eleitoral e uma condenação de um presidente, então candidato à reeleição, exatamente por abuso de poder”, lembrou.

Inteligência artificial

Para Neisser, isso não impede que o governo apresente seus resultados ao eleitorado, desde que dentro das regras. “O que não

significa que seja normal o governo mostrar as suas conquistas e deixar a população decidir”, pontuou.

Apesar da previsibilidade do embate político, o maior desafio para o próximo ano eleitoral, na avaliação do professor, está fora do campo tradicional da disputa entre candidatos. “O maior desafio que nós temos para o ano que vem ainda diz respeito às redes sociais”, afirmou.

Neisser destacou que o avanço da inteligência artificial (IA) torna a desinformação mais sofisticada e difícil de detectar, ao mesmo tempo em que o Tribunal Superior Eleitoral tende a adotar uma postura menos interventiva do que em 2022. “A inteligência artificial está ainda mais forte, mais profissional e com mais qualidade num ambiente em que o TSE não está em uma atuação tão firme nesse controle da desinformação”, alertou.

Na avaliação de Neisser, a combinação entre polarização política e redes sociais continua sendo um fator central do processo eleitoral brasileiro. “A gente sabe que muito do que sustenta a polarização”, adverte.

Economia ainda é fator decisivo e influencia divisão social

Para o pesquisador Carlos Martins de Freitas, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), o desempenho econômico tende a ser o principal fator a definir o resultado da eleição presidencial. “Trabalho com a primazia do voto econômico, partindo do princípio de que a avaliação da população sobre a economia é o que define o tom de uma eleição. Se o eleitor sente que sua situação financeira melhorou, tende a votar no governo; se piorou, vota na oposição”, afirmou.

Segundo ele, esse fator pode reduzir o peso da polarização ideológica observada nos últimos pleitos. “Acredito que a polarização diminuirá no próximo ano, deixando de ser uma disputa centrada exclusivamente em aspectos ideológicos,

como vimos em 2018 e 2022”, disse. Para Freitas, se indicadores como inflação controlada, desemprego em baixa histórica e aumento da renda dos mais pobres se consolidarem, o cenário tende a ser favorável ao governo.

O pesquisador também aponta que o enfraquecimento da polarização está ligado às dificuldades enfrentadas pelo bolsonarismo, principalmente com a prisão do ex-presidente. “Atualmente, falta uma figura central e firme capaz de consolidar o campo da direita, como Jair Bolsonaro fazia”, afirmou, citando o desgaste político e jurídico do ex-presidente e de seus filhos, além do isolamento internacional do bolsonarismo.

Ele destacou a desconfinança do clã Bolsonaro em relação a outras lideranças, como o governador de

São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), contribuiu para a fragmentação da direita. Carlos Martins avalia que o afilhado político do ex-presidente tenta se equilibrar entre o eleitorado bolsonarista e o centro político, num movimento que pode se intensificar à medida que Bolsonaro perde poder de barganha.

Cenário

Para a professora de ciência política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Graziella Testa, é improvável o surgimento de uma terceira via competitiva em 2026. Segundo ela, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva começa o ano fortalecido como nome unificado da esquerda, enquanto qualquer candidato da direita precisará, de alguma forma, vincular-se a Bolsonaro.

A professora avalia que a demora na definição de um nome forte da direita favorece Lula, especialmente se Bolsonaro insistir em Flávio como candidato, em detrimento de nomes com maior aceitação no centro político. “A cada dia que ele segue com essa ideia, mais o Lula ganha probabilidade de reeleição”, afirmou.

A professora Luciana Santana, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), compartilha da mesma avaliação e vê a direita largando em desvantagem, tendo de correr contra o tempo para unificar uma candidatura competitiva.

Na mesma linha, o doutor em Ciência Política e professor da Universidade Católica de Santos Alcindo Gonçalves aponta que o cenário de polarização continuará como nas últimas décadas. “Embora haja uma franja expressiva do eleitorado que

gostaria de um nome novo, nenhum se consolidou como opção. Portanto, a tendência é termos um segundo turno polarizado, algo que já ocorre na história brasileira nos últimos 20 ou 30 anos”, lembrou.

Já o advogado e cientista político Nauê Bernardo não descarta completamente uma terceira via, embora considere o cenário pouco provável. Para ele, os principais embates da campanha serão a segurança pública e a tributação, temas sensíveis para o eleitorado e capazes de mobilizar emoções em um ambiente ainda polarizado.

Na avaliação do economista Davi Leles, o desempenho econômico será decisivo, sobretudo, entre os eleitores que não sabem em quem votar. “2026 será a eleição dos indecisos”, afirmou. Segundo ele, embora a polarização siga forte, é esse

grupo que tende a definir o resultado das urnas. Para Leles, os indicadores atuais ajudam a explicar a resiliência da economia. “A economia, hoje, apresenta inflação bem controlada e desemprego muito baixo, no menor nível da série histórica”, disse. Ele afirma que a combinação de emprego em alta e inflação controlada melhora a renda média e favorece o governo.

O economista alerta para riscos à frente. “O maior inimigo do governo atual é o fiscal e as contas públicas”, afirmou. Segundo ele, o aumento de gastos e renúncias fiscais elevam o risco econômico e pressionam o Banco Central a manter juros elevados mais do que o recomendável. (FS, VO, VC e CY*)

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi